

O *bias* de Género na Informalidade e as relações com a Pobreza em Cabo Verde

Nota Introdutória

O trinómio informalidade/género/pobreza tem sido amplamente discutido, com o objetivo de entender as interações existentes entre eles e a sua relação com as outras dimensões que caracterizam as situações de desigualdade, entender as a interseccionalidade subjacente a estas relações poderiam indicar o caminho a seguir na luta contra a pobreza.

O presente artigo tem o objetivo desenhar as razões que levam a existência de um *bias de género* na informalidade, para depois entender as interações entre a informalidade, género e pobreza no contexto cabo-verdiano. Para tal realizamos uma análise e leitura de dados do IMC – Módulo do Sector Informal 2015, com uma abordagem de género e recorreremos a pesquisa bibliográfica para a interpretar os resultados obtidos. Como resultado elaboramos o presente trabalho, que está composto para além desta nota introdutória e das conclusões e discussão, do bloco dedicado a contextualização e do especificamente dedicado a análise exclusiva da situação em Cabo Verde.

Contextualização

O aumento da informalidade nas últimas décadas é uma realidade que tem cada vez mais expressão em países de desenvolvimento médio, subjacente a este aumento encontramos as profundas ligações com a pobreza, vulnerabilidade económica e precariedade. Nesta conjuntura de aumento da informalidade se dá outro fenómeno que é o da feminização da pobreza, o que conhecendo as conexões existentes entre a informalidade e a pobreza e o facto de que existem mais mulheres no sector informal que homens a escala global,¹ leva a explorar as evidências da sobre representação das mulheres no mercado informal. Com o objetivo de melhor

¹ As análises dos dados na África Sub- Sahariana e na América Latina e Caribe, indicam que a **proporção de mulheres trabalhando no sector informal é de 66,21% e 56,97%** respetivamente, sendo que o maior *gap* de género (12,6%), se dá no continente africano.

entender estas relações indagamos primeiramente sobre as razões que levam a existência de um *bias de género* na informalidade, para depois entender as interações entre a informalidade, género e pobreza no contexto cabo-verdiano.

A literatura internacional identifica diversas questões estruturais que levam a sobre representação das mulheres no sector informal ou seja a existência do *bias de género*, entre elas o *acesso a educação (nível de ensino)*, *idade, condição económica, pobreza de tempo* causando situações de discriminação sutis no mercado de trabalho incluído a **segregação por sexo das atividades** e as **dificuldades de acesso das mulheres ao mercado de trabalho formal** assim como as dificuldades de acesso ao capital, ferramentas e recursos, o que tem um impacto enorme “*na escolha do tipo de negócio, escala da operação, localização do negócio e escolha do produto e tecnologias*” (SETHURAMAN; 1998).

As diversas dimensões da discriminação de género no referente ao acesso ao trabalho criam barreiras e limitam de igual forma o “sucesso” das mulheres no mercado informal, dado que elas normalmente dedicam-se a atividades mais pobres a nível de performance económica e produtividade. Este conjunto de situações que espelham a precariedade das mulheres no que concerne ao acesso ao trabalho formal ligadas aos aspetos negativos da informalidade, como não ter acesso a proteção social, ou não estar protegidas pelas leis do trabalho têm um impacto direto no resultado final da atividade por tanto aumentando a vulnerabilidade económica das mesmas e colocando-as num maior risco de pobreza, ou seja “*as desigualdades existentes no que concerne a pobreza tem a sua origem em desigualdades no acesso ao recursos económicos*” (World’s Women, UN; 2015). Neste âmbito, a discriminação estrutural de género existente empurra as mulheres com mais força para a pobreza, o que se vem traduzindo uma crescente feminização da pobreza globalmente.

Contudo não podemos esquecer que a informalidade representa uma alternativa de emprego e por tanto promove a autonomia económica das mulheres, pelo que as preocupações mundiais em torno a informalidade devem ter em conta que as estratégias de formalização dos diferentes países deveriam acautelar o facto de que as mulheres estarem sobre representadas no sector informal, que a informalidade não afeta de igual forma a mulheres e homens e que a problemática tem que ser vista

desde a ótica na qual, a relação a estabelecer entre estes indivíduos e o Estado, acautele ganhos específicos relativos a melhoria das condições de vida e redução dos riscos de pobreza destas mulheres.

No seguinte bloque centraremos a discussão aqui lançada a través da análise dos dados do sector informal² com uma abordagem de género em Cabo Verde e trataremos de dar visibilidade as evidências existentes da sobre representação das mulheres no sector informal nacional e das diversas dimensões de discriminação que fazem que esta seja a realidade atual, ao mesmo tempo que procuraremos entender as conexões com a pobreza.

O “bias” de género/pobreza e a informalidade em Cabo Verde

O “*bias de género*” da informalidade e da pobreza foi tratado anteriormente desde uma perspetiva global, chamando atenção para diversas dimensões subjacentes a discriminação e a desigualdade, sendo estas tanto de carácter social como económico e institucional.

A análise dos dados nacionais sobre o sector informal nos vai permitir por um lado dar maior visibilidade as dimensões subjacentes ao *bias* de género, e pobreza como às desigualdade de género e a situação das mulheres no sector informal, considerando que evidência principal no que tange a sobre representação das mulheres no sector informal e que é a base do presente artigo é que **62,5% das proprietárias ou promotoras de Unidades de Produção Informal (UPI) em Cabo Verde são mulheres.**³

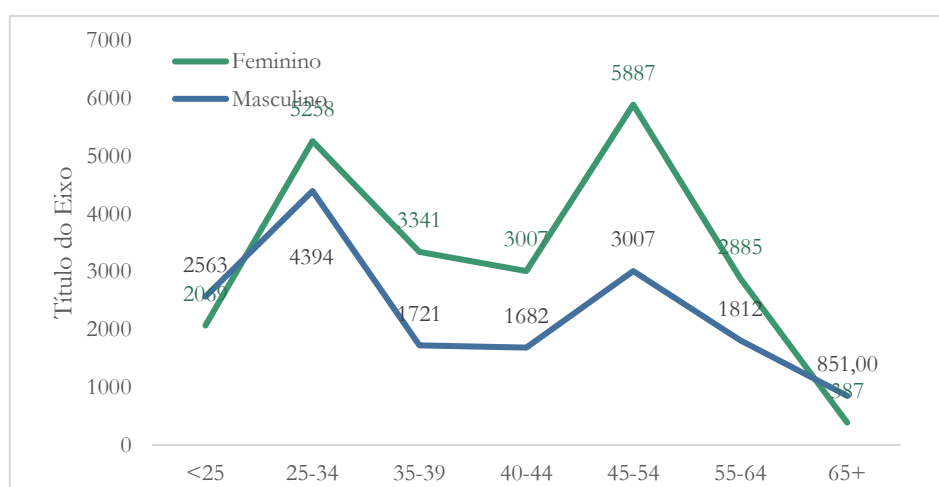
A literatura internacional já dá pistas sobre os aspetos que originam o *bias* de género na informalidade entre eles a pobreza de tempo, relacionada, portanto ao trabalho reprodutivo. Em Cabo Verde apesar dos avanços observados em matéria de promoção da igualdade e equidade de género ainda há um longo caminho pela frente, fundamentalmente em questões relacionadas com a autonomia económica das mulheres, ou seja, as desigualdades existentes relativas ao acesso a recursos económicos continuam a ser expressivas.

² Inquérito Multiobjectivo Contínuo – Módulo Sector Informal 2015

³ As Unidades de Produção Informal (UPI) constituem o corpo do sector informal não agrícola cabo-verdiano. Em 2015 estimou-se a existência de 33 228 UPI, incluindo as identificadas e não inquiridas.

segundo Marone (2016),⁴ em 2014 a taxa de participação da mulher na força de trabalho era de 51,2% do total de mulheres em idade ativa e a dos homens de 65%, contudo os dados indicam um fosso de género é de 13,8% a desfavor das mulheres. Os dados do Censo 2010, indicam que 22,5% das mulheres referiam a divisão sexual do trabalho como o **principal fator que limita a sua entrada no mercado de trabalho formal**, o que acontece com cerca de 4% dos homens. Segundo o Relatório para Cabo Verde Beijing + 20 “*Os dados do inquérito sobre o Uso do Tempo (2012) confirmam que as relações de género existentes transferem o grande peso do trabalho não remunerado para as mulheres: estas participam mais do que os homens no trabalho não remunerado (56% versus 44%)*”. Neste âmbito cabe destacar por um lado que o desemprego em Cabo Verde afeta de forma mais profunda a mulheres em idade reprodutiva sendo que a taxa de desemprego entre mulheres de idade compreendidas entre 15 e 34 anos de idade, oscilando entre valores de 42% a 15 %, ou seja mulheres em idade reprodutiva, vêm limitado o seu acesso ao mercado de trabalho. Por outro lado a desagregação de dados sobre o sector informal por grupo etário indicam que precisamente que mulheres na faixa etária entre 25-34 anos de idade tem uma maior representação também no sector informal. Estes dados levam-nos a fazer conexões entre o trabalho reprodutivo, a pobreza de tempo, e o trabalho relacionado com o cuidado de terceiros como sendo fatores de peso no cenário descrito.

GRÁFICO 1: NÚMERO DE OCUPADOS NO SECTOR INFORMAL DESAGREGADOS POR SEXO E FAIXA ETÁRIA



⁴Demographic Dividend, Gender Equality in Labor Force Participation, and Economic Growth: The Case of Cabo Verde

Fonte: INE, IMC 2015

A leitura e análise dos dados permite-nos **afirmar que a pobreza de tempo é um dos principais fatores que limitam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho formal**, outro exemplo claro desta realidade é que 38,3% das pessoas que exercem as suas atividades económicas no domicílio (com ou sem instalações) são mulheres frente a 18,5% dos homens, relegando as mulheres ao espaço privado em detrimento ao público, onde as possibilidades de construir uma rede de contactos que permita impulsionar o negócio são menores.

Outro dos subsídios maiores do IMC – Módulo Sector informal 2015, assim como a análise do gráfico 1, é que permitiu dar visibilidade a outras das evidências que explicam as razões da sobre representação das mulheres no sector informal entre as quais o acesso a educação, ou seja, a possibilidade de adquirir uma maior capital humano, sendo estas ferramentas fundamentais para a autonomia das mulheres. Chama a atenção para o facto de observar-se uma sobre representação de mulheres no sector informal C anos de idade, sendo que as mesmas já não se encontram em idade reprodutiva e tendo em conta que as taxas de líquidas de escolarização tem aumentado nas últimas três décadas em Cabo Verde, podemos considerar que o acesso a educação, ou seja as habilitações literárias são neste momento uma das principais causas que limitam ou colocam barreiras a estas mulheres (sobre as razões que levam a existência de um *bias de género* na informalidade, para depois entender as interações entre a informalidade, género e pobreza no contexto cabo-verdiano.) no relativo ao acesso ao mercado formal de trabalho. Os dados indicam que 58,5% das mulheres que trabalham no sector informal tem o nível de ensino básico, contudo temos que considerar sempre que, estas mulheres foram afetadas pelas diversas dimensões da discriminação com base no género.

Em resumo, podemos afirmar que existe um claro bias de género no sector informal e que este se deve a interação entre as diversas dimensões da discriminação de género no referente a divisão sexual do trabalho, o trabalho reprodutivo, a idade e o acesso a educação, o que faz com que o sector informal se torne numa fonte importante de rendimento das mulheres em Cabo Verde.

Sendo que o sector informal representa uma importante fonte de rendimentos as mulheres, a pergunta primeira que surge é “Qual a relação do sector informal com a

pobreza? E da pobreza com o género?”. A leitura cruzada de dados do Censo 2010 e do IDRS III 2015, assim como as diversas informações extraídas da literatura nacional e internacional nos permitirá dar resposta em maior e menor medida a estas perguntas.

Diversos estudos indicam a relação entre a **informalidade, o género, desigualdade, vulnerabilidade e pobreza** dado que os indivíduos que trabalham na economia informal não têm acesso a rendimentos continuados e estáveis, e a direitos fundamentais na esfera do trabalho, entre os quais o direito a representação coletiva, regimes de segurança social, saúde ou quaisquer proteções por via da legislação do trabalho.

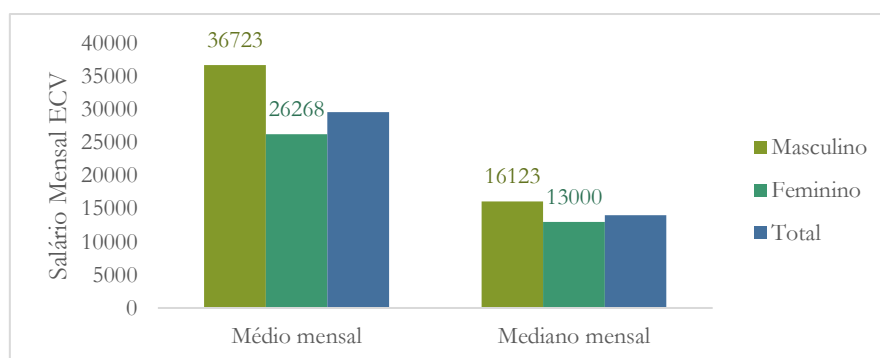
A pobreza é igual que a discriminação com base no género é multidimensional, sendo que uma das dimensões desta é o acesso, benefício e controlo de recursos económicos que permitam a autonomia económica dos indivíduos, que afeta maioritariamente a mulheres e crianças. Segundos os dados publicados sobre pobreza publicados no IDRF 2015, nesse ano as pessoas pobres eram predominantemente do sexo feminino sendo que um 53% eram mulheres e 47%, o que se traduz em um fosso de 6% a desfavor das mulheres, indicando que por cada homem pobre, existem 1,2 mulheres pobres em Cabo Verde, ou seja, uma clara situação de desigualdade. Este facto dá-se pela discriminação estrutural existente, pela desigualdade ao acesso a recursos económicos e, portanto, representa a ligação clara existente entre a pobreza e o género, o que seria a representação da feminização da pobreza. O binómio género/pobreza apresenta e a sua interação com o acesso a oportunidades económicas esta profundamente conectado com um terceiro elemento que seria a segregação por sexo de atividades económicas.

No sector informal em Cabo Verde 45% mulheres dedica-se fundamentalmente a atividades ligadas ao Comércio frente a 20% dos homens, ao mesmo tempo que existe uma maior representação de homens na Indústria (40,5%). Efetivamente ao analisar os dados referentes as relações entre o sector informal e o crescimento económico nacional se constata que apesar das mulheres estarem sobre representadas no sector informal (1,6 mulheres por cada homem) e das suas atividades representarem um 59,8% do volume de negócio medio mensal do sector informal em Cabo Verde, a **produtividade das mesmas é consideravelmente**

inferior à dos homens onde a produção média mensal do sector 51,4% da produção média mensal do sector a nível nacional, ao mesmo tempo que o valor acrescentado médio mensal (indicador do resultado final das atividades) é também inferior no caso das mulheres (49,8% do valor acrescentado médio mensal total por conseguinte contribui de forma menos expressiva).

Como visto as mulheres dedicam-se a atividades económicas menos rentáveis, menos produtivas. Um dos indicadores chave que evidenciam esta desigualdade são os rendimentos mensais de mulheres e homens, os dados indicam que atualmente em Cabo Verde as mulheres (26.268 ECV) que trabalham no sector informal recebem um 71,5% do salário médio do homem (36.723), no mesmo sector.

GRÁFICO 2: SALÁRIOS MÉDIOS E MEDIANOS DOS ATIVOS OCUPADOS NO SECTOR INFORMAL SEGUNDO O SEXO, IMC 2015 (EM ECV)



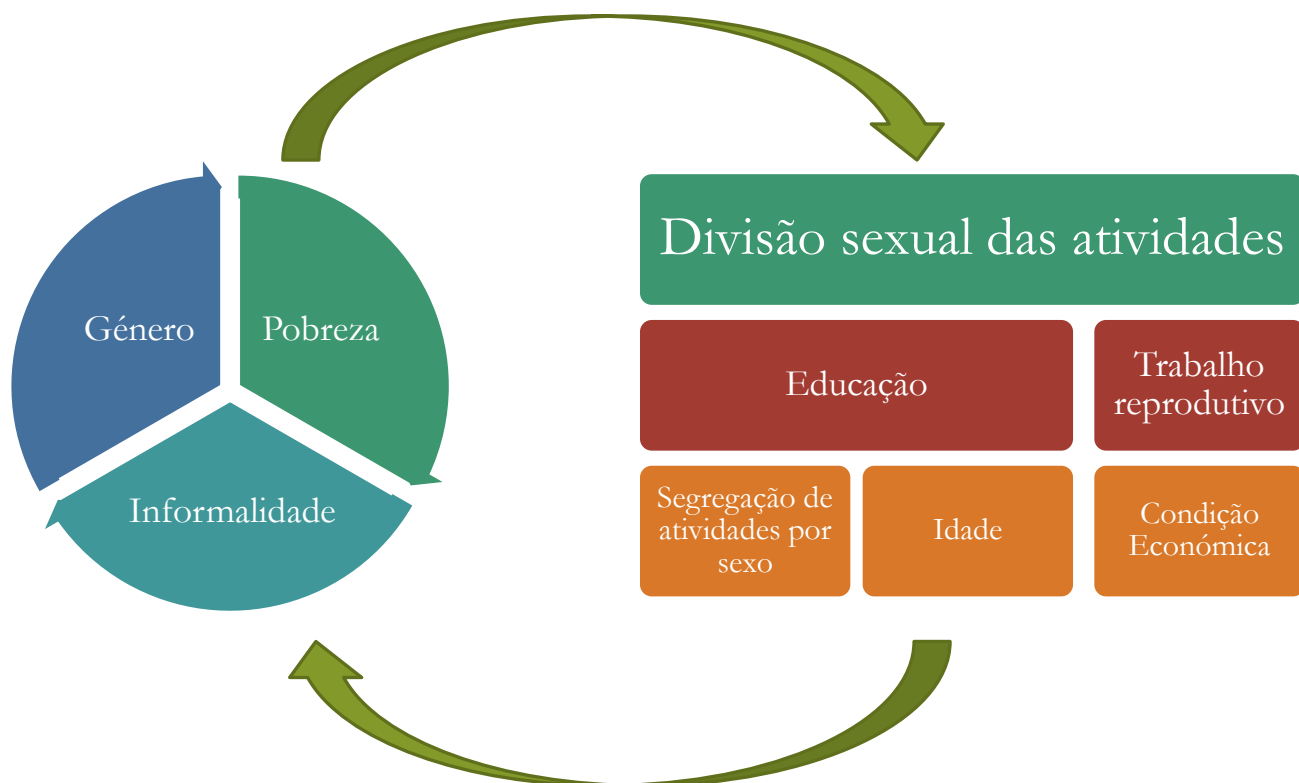
Fonte: IMC – Módulo Sector Informal 2015

Esta realidade tem implicações fortíssimas no relativo ao risco de pobreza, dado que os agregados familiares chefiados por mulheres que exercem atividades no sector informal contariam no total com 29,5% menos rendimentos que os homens, pelo que os seus agregados familiares poderiam ser de forma geral mais pobres e estar mais expostos a situações de precariedade.

A análise dos dados nos permitiu estabelecer a relação existente entre o trinómio informalidade/género/pobreza e dar maior visibilidade a situação de expressiva desigualdade de género existente no sector informal.

Conclusões e Discussão

Respondendo as duas questões colocadas no início do trabalho relativamente ao trinómio informalidade/ pobreza / género, e a interação existente, podemos afirmar que este, atua na esfera multidimensional que constrói o universo de desigualdade e iniquidade social e de género.



Entendemos que subjacente a complexidade e ao carácter multidimensional e interativo do trinómio antes descrito e as evidências apresentadas nomeadamente no referente a sobrerrepresentação das mulheres no sector informal e a pobreza, as soluções e medidas a ser encontradas a esta problemática devem ser fundamentalmente inclusivas e responder as necessidades reais dos indivíduos que atuam no sector informal.

Devemos especificamente considerar que a vulnerabilidade implícita as atividades informais não têm somente as suas raízes na atividade económica em si e a precariedade associada a esta, mas sim a um conjunto de situações de iniquidade originadas pelas dinâmicas sociais, culturais, económicas e institucionais, pelo que devemos considerar questões cruciais que permitam quebrar o trinómio, entra as quais:

- Aprofundar na discussão existente no referente a transição do Informal ao Formal;
- Entender quais os vínculos e a relação entre o Estado e os indivíduos, de forma a considerar os ganhos que os indivíduos, neste caso maioritariamente as mulheres podem ter com a formalização, que vão muito além do acesso a proteção social, mas sim com o objetivo explícito de acabar com os ciclos de reprodução da pobreza;
- Realizar uma profunda discussão sobre o que implica a formalização, considerando que o sistema de proteção social nacional prevê um rendimento continuado, sendo que esta não é uma das características do sector informal;
- Procurar novas e diferentes formas de contribuição e de acesso a proteção social que não implique outra vez um rendimento continuado.

Temos que ter especial cuidado em como é tratado de maneira institucional esta problemática e não esquecer que as atividades económicas no sector informal representam uma alternativa de emprego a grande parte da população cabo-verdiana em especial das mulheres. Não considerar todas estas particularidades pode levar a cometer erros importante no que se refere ao desenho e implementação das estratégias de transição do formal ao informal em Cabo Verde, tendo como consequência primeira a aceleração dos ciclos de reprodução da pobreza e o aumento da desigualdade social no país.

Bibliografia

Charmes, Jacques; Informal sector, poverty and gender a review of empirical evidence background paper for the: World Development Report 2001;

Marone, Heloisa; Demographic Dividends, Gender Equality, and Economic Growth: The Case of Cabo Verde: IMF working paper 2016;

Gender Indicators: What, Why and How? Bridge development gender;

Sethuraman S.V; Gender, Informality and Poverty: A Global Review: Gender bias in female informal employment and incomes in developing countries: Geneve 1998:

Chakrabarti, Satyabrata; Gender Dimensions of the Informal Sector and Informal Employment in India, 2009;

Pedwell, Sylvia; Women, gender and the informal economy: An assessment of ILO research and suggested ways forward, 2008;

Amaral, Manoela Women, gender and the informal economy: An assessment of ILO research and suggested ways forward, 2002;

Measurement of informal economy, OIT;

Jones, Khaterine; Intersectionality in Sociology;

Browne, Irene; Intersection of gender and race in labor market: Annual review of sociology, 2009;

Valenzuela, Maria; Informality and gender in Latin America: Geneve OIT 2005;

Chen, Martha; Women In The Informal Sector: A Global Picture, The Global Movement;

United Nations; The world's women 2015, Trends and Statistics: 2015;

INE, IDRf III: Apresentação de resultados preliminares 2015;

Colodeti, Vicente; Microcredito, empreendedorismo e trabalho informal: porta de saída da pobreza?

Pinar, Raquel; Microcréditos, pobreza y género: consideraciones generales para la elaboración de programas de desarrollo vinculados a las microfinanzas con enfoque de género;

OIT; Para Debate Y Orientacion: 2007;

OIT; Economia informal: aspectos conceituais e teóricos: 2010;

OIT: Relatório Conferencia Nacional da Economia Informal a Globalização, Praia 2015;

UN Women; Progresso f the worlds women 2015 – 2016;

OIT; Formalization of informal economy: Follow-up to the resolution concerning efforts to facilitate the transition from the informal to the formal economy; 9 October 2015